

Pelos direitos

• O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, é autoridade hoje tão procurada quanto equipe econômica em época de plano. "Depois de criada a moeda direitos humanos, a demanda não pára de crescer", diz. Chegam a ele denúncias da Baixada Fluminense, ouro nazista, abusos contra crianças, assassinatos de homossexuais, abandono dos negros. E agora a explosão da crise das polícias com violência sem precedentes.

Gregori acha que foi exatamente a partir da criação da secretaria é que se pôde ver a dimensão das demandas sociais brasileiras.

O conselho que estuda a reestruturação das polícias foi criado a partir dos crimes da polícia em Diadema e Cidade de Deus.

— Quanto mais reuniões fazíamos, mais certeza tínhamos de que estava para estourar uma crise de grandes proporções — afirmou.

Para aplacá-la foi providencial, na visão de Gregori, a mão firme de Tasso Jereissati. Mas a solução terá que vir de decisão mais profunda. Na próxima semana, o Governo vai discutir mudanças radicais como a extinção das polícias. Antes disso, o Governo prepara um projeto, que tentará aprovar em regime de urgência, com pontos de modernização das polícias.

Além do que já foi divulgado, o Governo pensa em investir nos policiais, com vantagens como seguro de vida e fundos de pensão e com melhoria da formação através de

cursos de aperfeiçoamento profissional e cursos obrigatórios de direitos humanos.

— Nunca houve um plano real para o problema da segurança no Brasil. A democracia fez mudanças revolucionárias em várias áreas, mas não tocou neste problema. Agora, ficou impossível adiar — disse.

Não é obra do acaso que Gregori trate hoje de polícia e direitos humanos. E tenha que se dividir entre discussões sobre a necessidade de impor a disciplina e a hierarquia nas forças policiais, e as aflições dos deficientes físicos e horrores do preconceito racial. A solução destes problemas faz parte do mesmo processo civilizatório.

Descobre-se, quando o Governo olha para os direitos humanos, que existem doenças específicas dos negros, para as quais o Ministério da Saúde nunca se preocupou em procurar o tratamento.

A demanda por correção de injustiça parece infinita no Brasil que por tanto tempo negligenciou o problema.